



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA

EM: 13.08.2024

INÍCIO: 15h19min

PRESIDENTE: SRA. DRA. TAÍSSA

SR. AFFONSO CANDIDO

SR. JEAN OLIVEIRA

SECRETÁRIO: SR. JESUINO BOABAID

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 25ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) -  
Registra, por favor, a presença do Deputado Luis do  
Hospital.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Pode deixar,  
deputado, vai ser registrado.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) -  
Presidente, só para constar aqui a presença de todos os  
líderes e também dos moto-aplicativos, que hoje tem um  
Projeto de Lei da nossa autoria, que a gente vai  
apresentar, para regulamentar a atividade, sabemos que é  
muito importante para a categoria.

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) - Registrar  
a presença. Deputada Ieda Chaves.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Quem é a  
deputada?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Deputada Ieda  
Chaves.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Registrar  
a presença da Deputada Ieda Chaves.

Então é isso, daqui a pouco, logo mais terá a votação, se Deus quiser, do projeto de vocês. Está bom? Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Primeiramente, antes, Secretário, de proceder, parabenizar toda a classe que está aqui. É com união, é com força que vocês conseguem melhorar a vida de vocês. Parabenizar vocês aqui, que estão na Casa do Povo, aqui é a casa de vocês e vocês sempre são bem-vindos.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, Senhora Presidente.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Secretário, registra a presença do Deputado Jean Mendonça.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Perfeito, pode deixar, Deputado Jean Mendonça; Deputado Cássio, já está registrada a presença.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Por favor, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, boa tarde, deputada. Registra a presença do Deputado Alex Redano, por favor.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Com certeza, pode ficar tranquilo que está registrada.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede à leitura do Expediente recebido a seguir:

#### **EXPEDIENTE RECEBIDO**

1 - Mensagem nº 6/2024 - Ministério Público do Estado de Rondônia, encaminhando Projeto de Lei que estabelece o Auxílio Extraordinário, para o exercício de 2024, aos servidores ativos do Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia e aos de outros órgãos públicos colocados à sua disposição.

2 - Mensagem nº 7/2024 - Ministério Público do Estado de Rondônia, encaminhando Projeto de Lei que visa instituir no âmbito deste Ministério Público o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, destinado aos servidores de seu quadro efetivo que preencham os requisitos para a aposentadoria voluntária, e dá outras providências.

3 - Ofício nº 4956/2024 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1260/2024 de autoria do Senhor Deputado Cássio Gois.

4 - Ofício nº 4902/2024 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1282/2024 de autoria do Senhor Deputado Rodrigo Camargo.

5 - Ofício nº 17514/2024 - Departamento Estadual de Trânsito - Detran, encaminhando informação sobre o Convênio de Sinalização com o município de Mirante da Serra/RO.

6 - Ofício 274/2024 - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comunicando que a decisão do Supremo Tribunal Federal que deu provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em Embargos de Declaração em Direta de Inconstitucionalidade nº 0800074-37.2020.8.22.0000, em face da Lei nº 4.659/2019 transitou em julgado.

7 - Ofício 276/2024 - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comunicando que o acórdão referente ao Agravo em Recurso Extraordinário e Especial em Agravo Interno e Embargos de Declaração em Direta de Inconstitucionalidade nº 0800922-58.2019.8.22.0000, em face da Lei Complementar nº 999/2018 permaneceu inalterado e transitou em julgado.

Expediente lido, Senhora Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Meu querido, registra a minha presença, por favor, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Registrada a presença do Deputado Ezequiel Neiva.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) - Registrar a presença da Deputada Gislaine Lebrinha, por favor.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Registrada a presença da Deputada Gislaíne Lebrinha, também.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra, o nosso futuro prefeito de Ji-Paraná, Deputado Affonso Candido, proceder ao uso da fala.

O SR. AFFONSO CANDIDO - Obrigado, minha amiga Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa. Eu cumprimento todos os nossos deputados e deputadas. É um prazer, mais uma vez, uma oportunidade de estar nessa Casa de Leis, na Casa do Povo, na casa de cada um dos senhores que estão aqui, trabalhadores, motoristas de aplicativos presentes.

Nosso amigo, Deputado Jesuíno Boabaid, na primeira Sessão em que posso fazer parte com Vossa Excelência. Em nome do nosso Presidente Marcelo, fica aqui meus cumprimentos a todos os nossos deputados.

Eu quero também cumprimentar e agradecer nosso Governador, Coronel Marcos Rocha, que hoje as rodovias estaduais que ligam os distritos do nosso município de Ji-Paraná - em nome do nosso Diretor, Coronel Éder - vêm recebendo paliativos, vêm recebendo infraestrutura para uma melhoria para os nossos agricultores, os nossos produtores daqueles distritos e daquele município. Então, fica aqui o nosso agradecimento ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha.

Meus nobres pares, eu queria só fazer uma breve comunicação. Eu apresentei nessa Casa de Leis, eu que venho do comércio e da iniciativa privada do Estado de Rondônia, aqui em Porto Velho. Minha família também tem comércio há

mais de 40 anos no Estado de Rondônia e em Ji-Paraná, e hoje eu apresentei um Projeto de Lei.

Nós sabemos da força do empreendedorismo, o fortalecimento da nossa geração de emprego. E eu apresentei um Projeto de Lei que institui o licenciamento para abertura de empresa no Estado de Rondônia. Esse licenciamento dá celeridade aos nossos comerciantes, quem irá empreender e gerar emprego no Estado de Rondônia. Ele até prevê que as nossas vistorias que são feitas no local para licenciamento de alvará, para abertura de alvará, seja posterior.

Então, esse licenciamento provisório é uma ferramenta para que o contribuinte, o gerador de empregos, o empregador, ele comece suas atividades, abrir as portas da sua empresa para poder atender à população, gerar e fomentar a economia local, fomentar o seu produto, que irá atender aos municípios e ao Estado de Rondônia.

Esse projeto irá tramitar nessa Casa de Leis e, eu queria em seguida, pedir a atenção de todos os nobres deputados para que seja aprovado. Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, se irá tramitar nas Comissões para nós podermos ajudar os nossos contribuintes, ajudar nossos comerciantes do Estado de Rondônia, que ainda sofre uma pós-pandemia no nosso Brasil inteiro, nosso mundo.

E nada mais justo, eu que venho de uma presidência da Ação Comercial do Município de Ji-Paraná, hoje poder realizar esse Projeto de Lei em parceria com o Governo do Estado, a Sefin, a Secretaria da Fazenda do Estado de Rondônia (Sefaz), esse licenciamento provisório aos comerciantes do Estado de Rondônia.

Então, em breve, 30, 60 dias para poder fazer toda a sua burocracia, ele já libera para que o comerciante abra

suas portas e, em seguida, comece os trâmites burocráticos. Fica aqui esse pedido às Comissões, a todos os deputados para que, quando começar a tramitar, venha para plenário e nós poderemos estender a mão, mais uma vez, a todos os nossos comerciantes do Estado de Rondônia.

No mais, muito obrigado a cada um dos senhores e das senhoras.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Presidente, solicito o registro da minha presença. Deputado Luizinho Goebel.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Com certeza, meu líder do Cone Sul. Está registrada, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) - Obrigada. E já parabenizar aqui nosso colega Deputado Affonso Candido por essa iniciativa, desse importante projeto, principalmente quando ele fala da cadeia de produção, incentivo ao comércio, à indústria. Porque isso, naturalmente, acaba gerando riquezas para o Estado, mas, principalmente, traz dignidade para as famílias de Rondônia com a oportunidade de emprego. E não é por acaso que hoje ele tem um grande apoio da população da cidade de Ji-Paraná, na qual eu não tenho mais dúvida que será o futuro prefeito de Ji-Paraná. Sucesso. Parabéns e conte com o nosso apoio, dentro da nossa possibilidade, Deputado Affonso Candido.



O SR. AFFONSO CANDIDO - Obrigado, meu amigo Deputado Luizinho Goebel.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Obrigada.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Por videoconferência) - Presidente, registra a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol, por gentileza.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Com certeza, deputado.

Concedo a fala à Deputada Cláudia de Jesus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Muito boa tarde a todos e todas aqui presentes, a todos que nos acompanham pelas redes sociais, aos deputados que nos acompanham também de forma remota, todos os trabalhadores que se fazem presentes aqui nesta Casa de Leis. Sejam todos muito bem-vindos.

Momento ímpar para vocês, no qual hoje vai ter um Projeto de Lei que vai beneficiar a categoria e nós estamos aqui para apoiar vocês, junto com o Deputado Jesuino, que é o autor da proposição. E é isso aí. A gente fica feliz quando esta Casa, realmente, apresenta proposições que vêm ao encontro com a classe trabalhadora, isso é muito importante.

Cumprimentar a todos os servidores aqui da Casa. A gente retornou do recesso legislativo, não estive na Sessão passada, mas hoje a gente retoma aqui, de fato, os nossos trabalhos. E eu queria, na verdade, compartilhar algumas

informações importantes. A gente esteve na última semana, participando de uma agenda junto com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) aqui no Estado de Rondônia, no qual a Conab trabalha o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos. E a gente teve a oportunidade de se dirigir a alguns municípios do nosso Estado, Município de Presidente Médici, Município de Rolim de Moura, o Município de Ministro Andreazza. Esses municípios foram contemplados com o Programa de Aquisição de Alimentos, que é um programa do governo federal destinado diretamente na conta das entidades, associações, cooperativas, que compram a produção da agricultura familiar.

É um programa que tem feito toda a diferença no Estado de Rondônia. No ano de 2023 a gente conseguiu mais de R\$ 14 milhões para investir na agricultura familiar, e este ano estamos com uma proposta grande já tramitando. A proposta também é no sentido de inserir demais agricultores e agricultoras familiares nesse programa que é importante. Hoje, ele dá condições desses agricultores viverem com dignidade no campo, produzir alimentos, comercializar o excedente e também contribuir com as famílias que hoje, por uma questão ou outra, passa por dificuldade financeira, precisa dessa produção através das entidades que faz o trabalho social.

Então, quero aqui hoje publicamente nesta Casa de Leis, reconhecer o trabalho importante que a Conab tem feito no Estado de Rondônia através do Programa de Aquisição de Alimentos. Mas, também quero reconhecer o trabalho importante do governo federal que reativou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, esse ministério que trabalha diretamente com a pauta da agricultura familiar.

E que também nesse momento, além de se investir tanto no Programa de Aquisição de Alimentos, nós estamos vivendo

no nosso Estado de Rondônia, nesses últimos dias agora, o lançamento do Plano Safra para agricultura familiar no Estado de Rondônia. Está sendo destinado para Rondônia R\$ 2,3 bilhões para investir diretamente na agricultura familiar, para investir em tecnologias, no desenvolvimento do campo, de fato.

O Estado de Rondônia é um Estado que na sua maioria formado de pequenos agricultores, de pequenas propriedades, e a produção de alimento é uma pauta importante para todos nós que vivemos no campo, que vivemos na cidade. A gente necessita de alimento, a gente necessita de produção para que a gente também tenha o desenvolvimento desse Estado, para que a gente não fique refém de produtos que vêm de outro Estado, que a gente não tenha que comprar hoje, laranja e enfim, mandioca e outros e outros produtos de outros Estados, como tem acontecido já com alguns produtos.

Então, acho que hoje defender a agricultura familiar é defender a dignidade de todo o povo rondoniense, é defender a soberania alimentar, é defender a dignidade. E isso hoje o governo federal tem feito de uma forma extraordinária e que é plausível de reconhecimento quando a gente vê esse lançamento do Plano Safra nesse quantitativo. E está acontecendo na cidade de Rolim de Moura, hoje dia 13, o lançamento do Plano Safra. Amanhã acontecerá em Cacoal. No dia 15 acontecerá em São Miguel do Guaporé. No dia 20 também vai acontecer em Colorado do Oeste. No dia 21 acontecerá lá na minha cidade de Ji-paraná, e no dia 23 em Ariquemes.

Então, eu compartilho com vocês esse momento importante que a gente vive no Estado de Rondônia. Recursos que estão chegando às pessoas que podem, de fato, ser beneficiadas de políticas públicas. Acho que esse é o verdadeiro desafio. A gente quer que as pessoas tenham

dignidade de, realmente, viver, presenciar e ter essa condição de receber no orçamento para que todos possam ser beneficiados.

Mas também quero aqui destacar rapidamente, hoje nós tivemos a reunião da Comissão de Saúde, a qual a gente preside. Infelizmente, a gente não conseguiu ter o quórum de deputados, mas compareceu hoje na reunião o sindicato, Sindsaúde, presente no qual tem uma reivindicação que a Comissão de Saúde começou a trabalhar desde o ano passado, uma minuta para regulamentar e resolver algumas problemáticas dos trabalhadores da saúde no nosso Estado de Rondônia.

A gente teve um avanço importante junto com a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, com a qual a gente trabalhou essa minuta junto com a Sesau, também, que avançou bastante. E hoje o sindicato nos cobra uma posição, porque até agora essa minuta não veio aqui para essa Casa para ser votada. Já era para estar aqui porque – mediante essa minuta – esses trabalhadores, de fato, vão ter sua dignidade, seus direitos garantidos.

E o nosso pedido hoje aqui é para que isso seja agilizado, para que as coisas possam acontecer. A gente precisa cuidar com muito carinho e com muito respeito desses trabalhadores que se esforçam o tempo todo em favor da população do Estado de Rondônia.

Mas também não poderia deixar de registrar os acontecimentos do Estado de Rondônia e que nessa tribuna foram registrados por mais deputados em outros momentos, sobre a saúde no nosso Estado; sobre o que aconteceu: a matéria publicada em nível nacional, sobre o Hospital João Paulo, e que nós, como Comissão de Saúde, como

parlamentares desta Casa, temos cobrado uma posição do Governo do Estado.

A gente sabe que essa situação do João Paulo é uma situação que acontece há muito tempo, porém precisa ser resolvida. O nosso papel aqui como parlamentares, quanto ao Governo do Estado, é resolver a problemática do Estado de Rondônia. E ninguém comunga com a situação que acontece no João Paulo II. É uma situação lastimável. É desumano o que acontece com a população do Estado de Rondônia. Um Estado tão rico, um estado que tem tanto orçamento, um Estado que tem tanto dinheiro e o nosso povo padecendo dentro daquele hospital superlotado, um espaço totalmente insalubre, é vexatório o que acontece ali.

A gente já levou ao conhecimento do governo, ao conhecimento do Secretário de Saúde e nós esperamos, nós esperamos resposta urgente. A população do Estado de Rondônia nos quatro cantos clama por saúde, clama por dignidade e nós não estamos satisfeitos com o que está acontecendo nesse Estado.

Nós somos parceiros para que esse Estado tenha desenvolvimento, mas nós não estamos aqui para abaixar a cabeça diante de situações que têm judiado tanto do nosso povo, que têm judiado de vidas, que têm ceifado vidas, que têm tirado a dignidade das pessoas. E aqui é uma Casa de Leis na qual nós temos uma Constituição desse Estado de Rondônia e do nosso país, que é para garantir direitos. E nós queremos a garantia do direito da população do Estado Rondônia no que se trata da saúde pública. A nossa luta é para que a cada dia a gente tenha mais dignidade.

Fica aqui a minha fala no sentido da nossa indignação do que está acontecendo; e que nós, classe política, nós

precisamos ter um olhar mais carinhoso sobre as pessoas que estão sofrendo, que estão padecendo nesse Estado.

Boa tarde, que Deus abençoe a todos e muito sucesso a vocês. Contem com o nosso voto favorável no projeto de vocês aqui presente.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Peço por gentileza, Deputado Affonso, que o senhor presida a Sessão, porque eu vou usar as Breves Comunicações.

**(Às 15 horas e 40 minutos a Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa passa a presidência ao Senhor Affonso Candido)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - A Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa para fazer uso das Breves comunicações.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Muito obrigada, Presidente, futuro prefeito, se Deus quiser.

Hoje, uma boa tarde especial, principalmente a toda categoria que está aqui. Como a Deputada Cláudia falou, a gente está aqui para somar com o projeto que o Deputado Jesuino, busca.

Brevemente ali, estávamos comentando a regulamentação de uma coisa que infelizmente só estava na questão judicial e isso dá voz à categoria, dá direito à categoria, e que vocês possam avançar cada vez mais no trabalho.

Até porque aqui tem homens e mulheres que levam o sustento para dentro de casa através do trabalho digno e

isso tem que ser respeitado. Então, podem contar com o nosso apoio e principalmente em somar. As portas do meu gabinete no sexto andar estão abertas. Sou da região lá de Guajará-Mirim, da Nova Mamoré, ali da Ponta do Abunã, mas a gente está para somar no Estado inteiro. Muito obrigada.

E hoje, Deputada Cláudia, a gente sabe, a Deputada Cláudia falou uma coisa com muita propriedade. Nós sabemos a dificuldade que temos na saúde. Mas, eu não poderia deixar de ressaltar que graças a uma luta constante, nós estamos no avanço da nossa obra do nosso hospital lá de Guajará-Mirim. Estamos com 72% de obra, com expectativa para ser entregue este ano para a nossa população, para ter a dignidade de ter saúde e não ter que percorrer 320 quilômetros para vir na capital quando quebra um dedo, ou quando tem uma simples cirurgia de hérnia, que não consegue fazer dentro da nossa região.

Então, é um dia para agradecer ao Governo do Estado, ao Secretário de Saúde, porque nós estamos avançando. E quando também não estiver bom, pode ter certeza que eu vou estar aqui falando, porque eu sou a voz daquela região e deputado é para isso. É para cobrar, é para buscar melhorias, é para mandar indicação, é para destinar a emenda, porque nós fomos votados pelo povo para ser a voz da população e não a voz de um ou de outro, ou de algum interesse particular.

Isso político nunca pode esquecer; e, principalmente, a deputada falou claramente, Deputada Cláudia, sobre a situação da nossa saúde, que está precarizada cada vez mais, e temos uma fila de regulação em que tem gente há três, quatro meses, em uma dificuldade imensa. E falo mais: nós precisamos através tanto da Comissão de Saúde e através de reunir todas as classes, desde o Tribunal de Contas, desde o Ministério Público, desde a Sesau, para que

a gente possa achar um caminho, porque parece que infelizmente a gente não consegue encontrar. E quem sofre não é só o paciente, são os servidores.

Hoje nós estamos com a maior parte dos servidores da Saúde com problemas, desesperados, às vezes com adoecimento da saúde mental, porque às vezes o local é inadequado, às vezes falta estrutura. A gente sabe que o problema é crônico e não é de agora, mas eu acredito muito que do jeito que a nossa obra lá da nossa região de Guajará-Mirim está avançando nós vamos, através de muita união, avançar aqui, sim.

Nós precisamos disso. Porque o povo, a maior parte da população não tem condições de pagar plano de saúde. E lá na minha região não é diferente. Mesmo que você pague plano de saúde, você vai para o SUS e se você tiver o básico do básico, pelo menos ter uma ambulância para poder vir para a capital, para um socorro, isso daí você tem que agradecer a Deus, porque isso daí é com todo mundo que acontece.

Então, eu faço um apelo aqui que a gente possa se reunir, todas as classes, desde os órgãos de fiscalização, como também a própria Sesau e a própria Assembleia e dar um basta nessa situação, porque nós somos um Estado gigante e temos condições, sim, – Deputado Jesuino – de dar uma resposta. Até porque são 24 parlamentares e todos têm comprometimento com a saúde, mas depende muito de unir a força de todos para a gente mudar a saúde do Estado de Rondônia e principalmente dar dignidade para o nosso povo. Obrigada.

**(Às 15 horas e 45 minutos, o Senhor Affonso Candido passa a presidência à Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa)**



A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Só para fazer o registro, Presidente, até por critério de respeito aos motoristas de motoaplicativos que se encontram aqui, a gente vai abrir mão de falar e lá no final eu faço uso da palavra.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Com certeza, a principal prioridade são eles. Nós temos que ficar por último porque a gente foi votado para ser a voz deles.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Obrigado.

(Procede à leitura das Proposições recebidas a seguir)

### **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS**

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer na forma regimental, a retirada de pauta do Projeto de Lei Ordinária n.º 465/24 que "Dispõe sobre a aplicação do Bis In Idem - Excesso de Pena, proibindo a dupla punição pecuniária no território de Rondônia, exigindo ainda a aplicação do

artigo 60 do Código Penal Brasileiro no ato das aplicações das penas-multas e dando outras providências quanto às intimações criminais no âmbito do Estado que devem atender ao que determina o Código de Processo Penal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital Regional de Buritis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – Sejucel, informações detalhadas referente à paralização das obras de modernização do Estádio João Saldanha, no Município de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital João Paulo II.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações acerca do cumprimento da Lei n.º 5.612, de 5 de setembro de 2023.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na

realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital Infantil Dra. Antonieta Rodrigues Gama – antigo Cosme e Damião.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital Regional (HRC) e o Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal (HEURO).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital Regional de São Francisco do Guaporé.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, informações referentes à demora na realização dos procedimentos cirúrgicos de urgência e emergência no Hospital de Campanha Regina Pacis.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia a criação e vinculação de campanha de marketing contra crimes

cibernéticos, especialmente em rede sociais, em caráter de urgência.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, a tomada de providências junto ao Governo do Estado, à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, à Polícia Civil e ao Ministério Público de Rondônia, acerca do incidente de hackeamento da conta oficial da Deputada Estadual Dra. Taíssa Sousa (Podemos) no Facebook.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Estadual, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, informações quanto às carreiras de cuidadores e de professores do atendimento educacional especializado na rede pública de ensino do Estado de Rondônia nos últimos 10 anos.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, informações acerca do cumprimento da Lei Federal nº 14.899, de 17 de junho de 2024, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias à Casa Civil e Secretaria de Estado da Educação, informações referentes à falta de professores em turmas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cesar Freitas Cassol, no Distrito de União Bandeirantes, especialmente 6º e 9º ano, orientando a necessidade de providências para solução imediata do problema.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, informações referentes ao atual andamento e a previsão de conclusão do estudo

técnico preliminar, referente ao Plano Estadual de Saneamento Básico de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações referentes ao acesso efetivo no Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS) pela Polícia Civil do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações referentes ao cronograma de execução do programa "Fecha Laudo" no ano de 2024.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT, informações e providências acerca do andamento do processo de regularização fundiária dos bairros São Sebastião I e II, localizados no Município de Porto Velho - RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, informações acerca das providências adotadas para sanar os problemas relacionados à falta de água no residencial Cristal da Calama, localizado no Município de Porto Velho - RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, informações e providências quanto à qualidade da água distribuída às residências do Município de Corumbiara - RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências acerca da realização e periodicidade do policiamento ostensivo no Distrito de Vitória da União, Município de Corumbiara - RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências acerca da realização de policiamento ostensivo no Distrito de Jaci-Paraná, Município de Porto Velho - RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, informação acerca das providências adotadas para a execução dos serviços de pavimentação, manutenção, recuperação, limpeza e sinalização na RO-010, no trecho que interliga o Município de Rolim de Moura ao Município de Novo Horizonte do Oeste.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transportes - DER, informação acerca das providências adotadas para a execução do serviço de pavimentação asfáltica na RO-205 (Linha MC07), no trecho que interliga o Município de Machadinho do Oeste ao Município de Cujubim.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens e Transportes - DER, a realização do

serviço de manutenção asfáltica e sinalização da RO-464, que interliga o Distrito de Tarilândia à BR-364.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Diretor Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, informações acerca das providências adotadas para a execução do serviço de pavimentação asfáltica na RO-377, no trecho que interliga o Município de São Francisco do Guaporé ao Distrito de Porto Murtinho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, solicitação de informações, acerca da Lei Complementar nº 1.247, de 31 de julho de 2024, que "Institui as Superintendências Regionais de Educação no âmbito da Secretaria de Estado da Educação".

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Dispõe sobre a proibição do consumo de *cannabis sativa* ("maconha") em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Institui a obrigatoriedade da distribuição da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelas serventias extrajudiciais, por ocasião do registro de nascimento, da adoção de criança ou adolescente no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre a promoção de incentivo à prática do xadrez, nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre a criação do Programa de Remuneração para Recuperação e

Preservação de Minas e Nascentes de Água no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Obriga motoristas de vans, ônibus e transportes escolares a realizarem o controle de entrada e saída de crianças no transporte.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Institui a Criação da Carteira de identificação do Produtor Rural e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre a obrigatoriedade de intérprete de Libras em hospitais de urgência e emergência e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Institui a semana Estadual de conscientização, prevenção e combate às queimadas urbanas.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Dispõe sobre a proibição do confinamento, acorrentamento e alojamento inadequado de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Altera a redação do Art. 6º da Lei nº 3.161 de 27 de agosto de 2013.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Acrescenta o Art. 3º na Lei Ordinária nº 5.137 de 08 de novembro de 2021, que "Dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado de Rondônia."



- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Dispõe sobre o serviço de transporte de passageiros por aplicativo prestado por motocicletas, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde, informações detalhadas sobre a atual situação do Hospital João Paulo II localizado na cidade de Porto Velho/RO e que sejam adotadas providências para melhorias necessárias.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde, informações e providências quanto à realização da cirurgia de catarata na rede pública de saúde do Estado de Rondônia, conforme especifica.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde, informações para esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades no serviço de transporte inter-hospitalar no Estado de Rondônia, demanda recebida via plataforma Fala.BR.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

**(Às 16 horas e 01 minuto, a Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa passa a presidência ao Senhor Affonso Candido)**

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 592/2024 DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Dispõe sobre o serviço de transporte de passageiros por aplicativo prestado por motocicletas, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito à senhora Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDEVALDO NEVES (Por videoconferência) - Verifica minha presença, Presidente. Deputado Edevaldo Neves.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Deputado Edevaldo Neves. Já registrou presença, não é? Registrou.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Projeto de Lei 592/2024, de autoria do Deputado Jesuino Boabaid, que "Dispõe sobre o serviço de transporte de passageiros por aplicativo prestado por motocicletas, no âmbito do Estado de Rondônia."

Senhor Presidente, o projeto apresenta na verdade uma questão de justiça e de regulamentação. E por isso que é constitucional, há juridicidade total no projeto e por isso que a gente é de parecer favorável.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Em discussão o parecer. Deputado Jesuíno.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, só para critério de informações e clarear a questão dos próprios motos aplicativos. Como falei a respeito a todos que se encontram presentes, todos os líderes que se encontram aqui, em nome do meu amigo Gustavo também, eu cumprimento a todos.

Essa matéria trata sobre uma decisão judicial, que no ano de 2023 ou foi 2022, eles foram proibidos de fazer o trabalho por aplicativos de motocicletas. Há uma norma federal que, ali por força de uma leitura do artigo que trata da categoria na habilitação somente B, ficou essa omissão dos aplicativos também por motos, que aí é o 99 e o IDrive.

E eles tentaram fazer uso desse transporte, na verdade eles vinham fazendo o transporte, e foi feito uma portaria - um ato administrativo pelo então ex-deputado Anderson Pereira da SEMTRAN (Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes) - que proibia. Diante disso, nós ingressamos com uma ação judicial, um mandado de segurança coletivo. Nesse mandado de segurança coletivo, foi julgado procedente a liminar e a liminar foi confirmada em sentença de 1º Grau. E após essa sentença de 1º Grau, foi feito também a decisão em 2º Grau, que permitiu que eles pudessem trabalhar.

Todavia, não existe uma regulamentação ainda para esses motoaplicativos, que é o transporte por passageiros. Que fique aqui o registro. É diferente também do aplicativo, no aspecto de quatro rodas. Há uma diferença por quê? Se uma é com duas, outra de quatro rodas. E a gente entendeu, após uma discussão com os líderes, que houvesse essa deliberação dessa norma que poderia direcionar.

A exemplo, a cor da camiseta, sempre predominante preta, já vai dando identificação. Além disso, a questão do uso, também do fone de ouvido, que não é dentro do ouvido, aqui até a gente especificou no parágrafo 4º do artigo 2º:

“O motorista por aplicativo prestado por motocicletas poderá fazer uso de dispositivo de comunicação por indução óssea e a obrigatoriedade por um suporte adequando para o celular, quando estiver em deslocamento nas em vias, com ou sem passageiros”.

Foi até uma reunião que nós tivemos com o próprio Diretor do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), o Sandro, e a gente está colocando também essas condicionantes. Então, era isso que eu queria falar. Na oportunidade agradeço a todos os presentes.

É uma norma que, acredito que o próprio Governador Marcos Rocha vai sancionar. E, caso não sancionando, eu tenho a plenitude de certeza que o nosso Presidente Marcelo Cruz irá promulgar. Como foi feito hoje, na verdade na data do dia 12, a lei que restringiu o uso de entorpecente após aquela liberação do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Marcelo Cruz, eu vou especificar isso aqui, explicar. Promulgou e hoje vigora, faltando somente a regulamentação. Então, aquele que for pego usando a maconha em primeiro momento, pela primeira vez, um salário mínimo. Segunda vez, vinte salários mínimos. Depois, a reincidência aplicando aí até ele respeitar o cidadão de bem.

O maconheiro tem que entender que não é só para o maconheiro, tá? Mas, o maconheiro que é o mais folgado que fica nas ruas, nas escolas, em tudo que é ambiente, querendo aliciar, que parece que a maconha está solta, não é? Então eu vou falar no final sobre isso.

Mas, explicando de forma pontual, essa matéria irá trazer a identidade para também os motoaplicativos no Estado de Rondônia.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Parabéns, Deputado Jesuino Boabaid. Mais algum deputado irá discutir? Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação Projeto de Lei 592/2024, de autoria do Deputado Jesuino Boabaid, que "Dispõe sobre o serviço de transporte de passageiros por aplicativo prestado por motocicletas, no âmbito do Estado de Rondônia".

Em discussão. Não havendo discussão, em votação. O projeto já teve aprovado o parecer. Então, vamos discutir o projeto. De imediato, o Deputado Jesuino já adiantou tudo. O Deputado Jesuino já adiantou todo o rito aqui, mas respeitando o Regimento Interno, para votar o projeto de cada um dos senhores, que são merecedores.

Deputado Jesuino, você tem a minha admiração. Estamos tendo a oportunidade de trabalhar juntos por esse período aqui na Assembleia Legislativa. Já te conhecia, mas você, mais uma vez deixando a sua marca, deixando o seu legado ao nosso Estado de Rondônia, aos nossos trabalhadores, à nossa população em geral.

Em votação o projeto. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Acredito que não terá nenhum voto contrário, mas se tiver algum deputado, que se manifeste. **Aprovado o Projeto de Lei 592/2024. Vai ao Expediente.**

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Questão de Ordem, Presidente Deputado Affonso.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Deputado? Quem é?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Deputado Cirone.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Só para cumprimentar Vossa Excelência, os deputados que estão de forma presente. Nós estamos hoje em uma agenda no Cone Sul. Só agradecer a todos os deputados pela parceria de sempre, por entenderem que nós estamos em uma agenda externa. E, estamos à disposição, está bom, amigo? Sucesso. Boa Sessão.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Obrigado, amigo.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Senhor Presidente, futuro prefeito de Ji-Paraná, meu amigo Deputado Affonso. Gostaria também de usar a palavra, se for possível.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Deputado Alex, nosso presidente.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Eu quero aqui parabenizar a condução dos trabalhos nosso Presidente Affonso Candido. E parabenizar, Deputado Affonso, sua pré-candidatura. Foi uma festa muito bonita. Não pude estar presente, pois era no mesmo dia o lançamento da minha esposa aqui em Ariquemes. Mas, desejar muito sucesso. Nosso partido Republicanos está junto contigo nessa caminhada, nossos amigos juntos. Deus abençoe sua missão.

Quero também cumprimentar todos os colegas presentes. Como o Deputado Cirone falou, ele está em agenda no interior, eu também estou com compromissos no interior, por isso estou participando de forma remota.

Eu quero aqui fazer um elogio ao Deputado Jesuino. O Deputado Jesuino muito atuante, tem resolvido várias demandas, muito focado. Parabéns pela condução do mandato. É sempre um prazer tê-lo nesta Casa.

Deixo um abraço a todos os demais companheiros. Nós sabemos da luta de cada companheiro. Estou acompanhando aqui o empenho de todos. Uma Assembleia que, realmente, está fazendo a diferença. Então, parabéns a todos. Obrigado pela oportunidade. Estamos juntos, meus amigos.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Presidente Deputado Affonso? Deputado Cássio.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Deputado Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) - Gostaria de comentar ainda o projeto que nós acabamos de aprovar, dos motoaplicativos no Estado de Rondônia, para dar a eles mais segurança, instrução no trabalho e segurança.

A princípio, a gente vê a Assembleia Legislativa neste momento, a Casa cheia. Para nós deputados é uma honra muito grande ter todos esses pais de famílias participando da nossa Sessão. E dizer que aqui em Cacoal, em uma parceria com a Prefeitura de Cacoal, nós demos um pontapé. Foi inaugurado agora recentemente um terminal central. Inclusive pessoas da cidade de Ariquemes, pré-candidatos de Ariquemes estiveram aqui para conhecer esse terminal central.

Como funciona? Esse terminal central hoje é para os ônibus circulares. Aqui o transporte é gratuito na cidade de Cacoal. E agora concluído o terminal central, durante o dia ele é para os ônibus e durante à noite é para o delivery, que também é o uso de motocicleta para trabalho. E agora nós estamos indo além. Além do delivery, nós estamos com um projeto de fazer o ponto dos motoaplicativos na cidade de Cacoal, que serão em três avenidas importantes aqui na cidade.

E aí, sim, é onde eu quero chegar. Esse recurso, quando a gente vai construir um ponto desses para eles, para dar suporte a esses trabalhadores a gente pode, como deputado estadual, cada um na sua região, colocar recursos para que esse local de trabalho deles seja feito em parceria com seus prefeitos. Então, Cacoal sai na frente nesse sentido. Destacando aqui que o ponto de delivery já é uma realidade para quem trabalha com motocicleta no ponto de delivery. E agora nós estamos indo para os



motoaplicativos independente de qual seja sua bandeira e a empresa que você presta o serviço para o rondoniense.

Então, fica uma sugestão aqui como deputado do interior, para que todos os deputados do Estado de Rondônia, com seus parceiros prefeitos, façam mais pontos para que esses trabalhadores tenham dignidade em prestar o seu serviço para Rondônia.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Presidente) - Parabéns, Deputado Cássio Gois.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Só para informar a todos que já foi votado, já está consolidado, não há segunda votação, é votação única e vocês estão liberados. Obrigado, mais uma vez, a todos.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só mandar um abraço enorme, que eu recebi aqui um WhatsApp, Gleice Ferreira, que é de Guajará-Mirim, que está aí. Um abraço. É lá da minha terra. Fico muito feliz.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 314/2023 DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Dispõe sobre a criação da Biblioteca Estadual no Município de Jaru/RO, denominada Biblioteca José de Almeida Rocha.

Falta parecer da Comissão de Educação e Cultura.

**(Às 16 horas e 13 minutos, o Senhor Affonso Candido passa a presidência à Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa)**

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito à Senhora Deputada Cláudia de Jesus para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Senhora Presidente, o Projeto de Lei 314/2023, de autoria do Deputado Luis do Hospital, que "Dispõe sobre a criação da Biblioteca Estadual no Município de Jaru/RO, denominada Biblioteca José Almeida Rocha."

O referido projeto atende os requisitos de constitucionalidade e de técnica legislativa, e, desse modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Em discussão, o parecer. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei 314/2023. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 190/2023 DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Dispõe sobre a

possibilidade de pagamento de fiança, via PIX, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito à Senhora Deputada Cláudia de Jesus para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Senhora Presidente, é o Projeto de Lei 190/2023, de autoria do Deputado Luis do Hospital, que "Dispõe sobre a possibilidade de pagamento de fiança, via PIX, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências."

O citado projeto atende os requisitos constitucionais de legalidade regimental e de boa técnica legislativa; deste modo, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, ao referido projeto.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Em discussão, o parecer. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei 190/2023, de autoria do Deputado Luis do Hospital. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 436/2024 DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Dispõe sobre a garantia do tratamento fisioterapêutico e terapêutico ocupacional para mulheres mastectomizadas no Estado de Rondônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito à Senhora Deputada Cláudia de Jesus para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

Na sequência, solicito ao Deputado Jean Oliveira que assuma a Presidência da Mesa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Senhora Presidente, é o Projeto de Lei 436/2024, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, que "Dispõe sobre a garantia do tratamento fisioterapêutico e terapêutico ocupacional para mulheres mastectomizadas no Estado de Rondônia."

O referido projeto atende os requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Desse modo, somos de parecer favorável.

**(Às 16 horas e 18 minutos, a Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)**

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Senhor Presidente, Questão de Ordem. Tem algum projeto do governo para votar? Só a título de conhecimento.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Jean Mendonça, meus cumprimentos. O senhor poderia refazer a sua pergunta?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Eu só gostaria de saber se tem algum projeto do governo para votar?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Tem não, Deputado. A gente acabou de chegar aqui assumindo os trabalhos, mas não consta nenhum projeto do Executivo aqui.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Eu agradeço, deputado.

Em discussão o parecer que acaba de ser emitido. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação o Projeto de Lei 436/2024. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 449/2024 DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite Rural - ASPROLER do Estado de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - O Projeto de Lei 449/2024 encontra-se sem parecer. Eu convido a Deputada Cláudia de Jesus para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Projeto de Lei 449/2024, de autoria do Deputado Luis do Hospital, que "Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite Rural - ASPROLER do Estado de Rondônia."

Senhor Presidente, o citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Desse modo nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei citado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputada Cláudia, muito obrigado pelo parecer.

Em discussão o parecer que acaba de ser emitido. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação o Projeto de Lei 449/2024. Para discutir. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 282/2023 DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Declara de utilidade pública a Associação Jaruense de Autistas - AJA do Estado de Rondônia.

Projeto está completo, está ok.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Projeto devidamente instruído, já com o parecer. Parecer favorável ao Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luis do Hospital.

Projeto de Lei 282/2023, em discussão única e votação. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 536/2024 DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Institui diretrizes, estratégia e ações para o Programa de Atenção e Orientação às Mães Atípicas "Cuidando de Quem Cuida", no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Sem parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Convido a Deputada Cláudia de Jesus para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Projeto de Lei 536/2024, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, que "Institui diretrizes, estratégia e ações para o Programa de Atenção e Orientação às Mães Atípicas "Cuidando de Quem Cuida", no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências."

Senhor Presidente, o citado projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, de legalidade, regimentalidade e de boa técnica legislativa. Sendo assim, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Parecer favorável emitido pela Deputada Cláudia de Jesus. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação o Projeto de Lei. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto de Lei 536/2024. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, eu queria até falar com Vossa Excelência. Tem um projeto que foi colocado hoje para mim, de uns valores que são aportados à União. E caso não haja aplicabilidade desses valores, serão destinados para um outro órgão, salvo engano é o "MAP", é um órgão ambiental, tirando do fundo da Sedam esses valores e sendo controlado pela União.



Isso foi levado até mim, eu até queria discutir com o Presidente esse projeto aqui, porque tira a autonomia inclusive da própria gestão do Estado de Rondônia ficar com esses recursos de ordem da União. É bem sensível. Se não for provado, está aqui desde 13 maio de 2024. É um superávit de R\$ 13 milhões. Foi-me questionado isso aí hoje. Eu falei: "Não, é um caso que a gente tem que discutir. Os deputados que são mais da parte ambiental, que conhecem dessa matéria." Eles sabem o quanto é importante esse recurso ser investido, inclusive para combate a incêndio, combate ao desmatamento e outras ações governamentais. E se tirar esse recurso, for para outra fonte, para a própria União, para outro órgão, fica complicado, inclusive, a aplicabilidade para essa gestão.

Era isso que eu queria falar desse Projeto de Lei e tem uma Proposta de Emenda À Constituição também. Como já vai terminar, Presidente, eu gostaria de pedir uso da fala que eu abri mão. E após a minha fala, o senhor poderia encerrar a Sessão. Pode ser?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Com certeza, deputado. Se o senhor não se importar, eu gostaria de fazer uso da palavra e depois Vossa Excelência faria uso da palavra e eu encerraria a Sessão.

Então, a Deputada Taíssa retorna aqui ao assento de Presidente enquanto eu me direciono à tribuna.

**(Às 16 horas e 26 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência à Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa)**

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - É sempre uma honra ter Vossa Excelência presidindo, Deputado Jean Oliveira. Eu fico até meio constrangida, que eu não sei se eu vou conseguir fazer a sua altura.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O que é isso, Deputada Taíssa? Vossa Excelência é uma grande deputada. Uma deputada jovem, no seu primeiro mandato, mas já demonstra muita experiência política. Como Vossa Excelência trata o seu mandato com muita intensidade, e a medida dos dias tem sido muito mais intenso para Vossa Excelência, por isso a sua experiência tem aumentado cada dia mais e tem sido notada por todos nós aqui neste Parlamento.

Prazer de estar aqui com uma Presidente mulher e uma Secretária mulher. Deputada Taíssa, Deputada Cláudia de Jesus, eu venho a essa tribuna para fazer aqui a espécie de um desabafo. Desabafo pelo que vem acontecendo.

Eu tenho feito um papel, nesta Casa, de lealdade de conduta sempre a defender o Governo do Estado de Rondônia. Da autoridade maior do Executivo, que é o nosso Governador Coronel Marcos Rocha aos Secretários, Superintendentes das autarquias e demais componentes da administração do Executivo. Tenho sido leal em votar os projetos, em não fazer obstruções quando devidas, sempre buscando diálogo, o convencimento, mesmo que às vezes batendo com a cara na parede de algumas Secretarias. Mas, com muito jeito e a experiência de estarmos no quarto mandato nos mostra que com insistência, argumentação, fundamentação a gente consegue convencer e fazer as coisas andarem no nosso Estado.

Uma das principais autarquias desse Estado é o Departamento de Estradas de Rodagem, DER. Hoje, quem ocupa

o cargo do DER é o Coronel Éder, ladeado do Coronel Maia e ambos são oficiais, um dos Bombeiros e outro da Polícia Militar sempre têm buscado, no entendimento que eu vejo, fazer um bom trabalho. Mas, nem só de boa vontade vive o cidadão, o ser humano. Então, a boa vontade de resolver que muitas vezes nos é passado, não passa de encenação.

E eu venho aqui dizer da minha profunda lamentação do comportamento, aí eu não posso afirmar se é do Coronel Éder ou se é do Coronel Maia. E eu, dessa forma, unifico ambos os coronéis para dizer que não é da índole de um militar de alta patente fazer o que estão fazendo comigo. Traição, do jargão popular "bola nas costas" é uma jogada de traição.

Eu tenho trabalhado insistentemente para levar a infraestrutura para minha região. Há anos eu venho batendo na tecla de pequenos trechos de asfalto nas rodovias estaduais. E venho sendo enrolado, enrolado, enrolado. Por último, Deputado Jesuíno, levei à minha cidade de Alta Floresta o Vice-Governador Sérgio Gonçalves. A quem fizemos uma calorosa recepção. Ali, representando todo o Governo do Estado, foi muito bem recebido.

E nas andanças pelo município de Alta Floresta, eu passei em cima de um trecho de estrada que já era para ter sido pavimentada há muito tempo, mas que sempre me enrolando, me levando com a barriga, foi ficando para depois, para depois e para depois. Até que chegou o momento limite, em que não se tem mais tolerância, onde a palavra é descumprida mais de uma vez. E aí eu venho dizer: essa não é a atitude para alguém que tem servido com lealdade e tem defendido o Governo do Estado.

Então, só me resta usar essa tribuna e pedir ao Governador, que é o líder desses dois Coronéis, a ter uma conversa muito séria e pedir para ele, para o Governador,

que aconselhe esses Coronéis a não fazer mais esse tipo de ação.

Eu recebi o compromisso do DER de que não passaria do mês de julho a retomada das obras da estrada P-50, dentro do Distrito da Vila Marcão. Vila Marcão, essa, que tem ali centenas de habitantes e é uma rota entre o Município de Alta Floresta e o Município de Alto Alegre dos Parecis. Nós temos comércio ali, nós temos residências ali, que após o DER ter feito todo o trabalho para iniciar a pavimentação, que foi somente uma forma de me enganar, tirando ali a irrigação dos cidadãos - que colocavam a mangueirinha ali para molhar a estrada no perímetro urbano, do distrito. Eles falaram: "Não, pode ficar tranquilo, vai ter uma poeira por poucos dias porque já vai retomar a obra".

Balela! E eu vim amenizando com a população, falando: calma, vai chegar a hora, nós estamos reunindo os maquinários. E eu me deparo com o DER se mobilizando para outra obra no meu município. Eu não estou aqui questionando essa outra obra, pelo contrário, essa outra obra também é uma reivindicação minha de anos, que é a pavimentação em frente da principal indústria do Município de Alta Floresta, a maior geradora de emprego de Alta Floresta, que é o frigorífico local.

Acontece que fica evidente que estão mentindo, que estão me enganando. E o que é pior, Deputado Jesuíno, é saber o tanto que eu lutei para essa obra acontecer, hoje, eu sou surpreendido com a notícia de que a obra vai começar. Não tem uma ligação do Coronel Éder para o meu telefone, nem do Coronel Maia. Me viram recentemente em um evento, inclusive, até achei o Coronel Éder muito rápido, me cumprimentou rapidamente e saiu. Parece que estava escondendo algo.

E me deixa entristecido porque sempre tratei ele como amigo, com respeito e essa não é a atitude que se tem com um amigo. A falta de respeito, a traição de levar uma obra que nós reivindicamos todo o tempo, me colocando até em uma situação de constrangimento para com o governo. Mas, com muita sabedoria e inteligência, eu não vou aqui generalizar o que eu estou sentindo para o governo inteiro.

Então, a minha posição de ser aliado do governo continua, mas para dizer que eu me arrependo e o sentimento de arrependimento é acompanhado do sentimento da ingratidão. E aí, dizer ao Coronel Éder principalmente, porque é a ele que eu tenho um sentimento de amizade, eu tinha, que isso não se faz com um amigo. Então, é esse arrependimento de ter dado apoio aqui dentro desta Casa, de ter conversado com os colegas para poder votar as matérias quando estava a pauta obstruída. Infelizmente, infelizmente, hoje eu me sinto arrependido de ter feito isso tudo pela administração dele.

Eu volto a dizer, feliz por estar iniciando uma obra em Alta Floresta, mas triste por saber que a palavra, hoje, está valendo muito pouco para algumas pessoas. Está valendo muito pouco a palavra, está valendo muito pouco o convívio. Não se tem mais hoje nenhum tipo de respeito, de sentimento por esses anos todos que a gente vem convivendo, que a gente vem trabalhando. Estivemos juntos em campanhas, pedindo voto para o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, e hoje, eu sou surpreendido por essa notícia. Sequer teve a compreensão e o reconhecimento do nosso trabalho, de ligar falando que iniciaria a obra no Município de Alta Floresta.

Eu tenho certeza que a população sabe do meu trabalho e que não é por conta de uma traição dessas que o povo vai deixar de acreditar no nosso trabalho. Mas, eu quero dizer que esse tipo de comportamento somente cessa a confiança e

que o DER, hoje, essa atual gestão, perde um companheiro aqui na Assembleia para poder defender, perde um companheiro na Assembleia.

E eu quero que essas articulações sorrateiras que são feitas que sejam com a mesma velocidade e intensidade para resolver os problemas que nós temos no nosso Estado, como a vergonha que o Governador passou lá na ponte da Vala do Jacu, aqui em Porto Velho, sentido ao distrito de São Carlos. A rodovia que leva ao Baixo Madeira, em que o Governador foi até o Distrito de São Carlos para inaugurar uma obra, e na volta teve a estrada fechada por manifestantes, porque não existe resposta do DER para uma obra que já era para ter sido feita há muito tempo.

Diga-se de passagem, eu sei que tinha orçamento para aquela obra, mas foi alocado em outro lugar, sabe Deus qual lugar esse. Nós temos que começar a fazer política séria. Nós temos que começar a ter preocupação com a Expresso Porto, que só vejo falar que a responsabilidade agora é do governo federal, terceirizando a culpa sempre.

Nós temos ali dois hospitais, Santa Marcelina e Hospital do Amor, que estão ali tomados pela poeira. Está sendo executado um projeto de R\$ 300 milhões no asfaltamento na Trans Rondônia, que a gente chama na rodovia da soja. A soja sai da fazenda, sobe em cima do asfalto, pega a 364, até aí, maravilha. Está só em cima do asfalto é o que a gente quer para o Estado de Rondônia: é o desenvolvimento.

Mas, chegando no porto, tem que entrar em uma estrada esburacada cheio de poeira, que tem acidentes. Nós temos ali ladeiras, nós temos ali lugares em que os caminhões muitas vezes não conseguem subir, porque vai um colado no outro, a poeira toma conta. E aí daqui a pouco o caminhão

não consegue subir mais e congestionada a rodovia. São 20 quilômetros de asfalto aproximadamente. Falta critério de escolha, falta estratégia.

Então, eu estou vindo aqui hoje para dizer que o DER tem que começar a saber aplicar o recurso. Tem dinheiro no DER. Nós aprovamos hoje aqui tem R\$ 80 milhões no caixa, mas está faltando combustível, peça e parafuso nas nossas máquinas. A população não consegue entender como é que, com tanto recurso, com aumento inclusive dos impostos, não tem dinheiro para abastecer.

E aí eu me pergunto também, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, como é que nós estamos? Como é que nós chegamos no mês de maio, e nós tivemos um orçamento que não tinha recurso para abastecer, nós suplementamos, e continua essa mesma história. O pátio de máquinas do DER, mais da metade está no toco. Então, agora, liberando a conta a gota o combustível e as peças.

A ideia que eu vejo, era uma ideia de terceirização. Talvez tenha acontecido isso. Você sucateia o maquinário próprio, aí justifica uma terceirização. Mas, tudo bem, ainda que justificada a terceirização de forma organizada, e não de forma necessária, cadê essa terceirização? Cadê? Estão falando desde do início ano, quer dizer desde do ano passado, estão falando de uma licitação para poder contratar horas-máquina, e estão esperando.

Essa novela parecida com a dos servidores, que foi prometido o tal do vale-alimentação, que tem em todas as Secretarias, menos no DER. Servidor está comendo badeco estragado. Você sabe o que tem que fazer hoje, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa? Tem que botar um carro para levar um badeco, daqui de Porto Velho lá em União Bandeirante. Olha o quanto custa para levar um marmite lá.

O servidor pediu: "Coloca o auxílio-alimentação no nosso salário, que a gente não precisa, mas comer essa comida, que a gente não aguenta, mas comer essa comida". Já foi reclamado, isso aí está noticiado. Sindicato já fez nota, já pediu, já foi prometido que ia tirar o orçamento das empresas que prestam alimentação para colocar lá, redistribuir esse orçamento como vale-alimentação ou auxílio-alimentação no contracheque do servidor, mas nada.

Então assim, é sempre empurrando com a barriga, sempre deixando para o dia de amanhã, achando que essa Casa não vai se manifestar. Se essa Casa não se manifestou até agora, vai começar a se manifestar a partir de hoje. Esse é meu compromisso.

Então, ao nosso Governador do Estado, o que eu posso pedir a Vossa Excelência é que chame a sua equipe do DER, e diga que as pessoas que têm lealdade pelo senhor, que têm compromisso com seu governo, que sejam respeitadas.

Eu irei voltar aqui semana que vem e vou trazer mais coisas que estão acontecendo no nosso Departamento de Estradas. Cancelamentos de Ordens de Serviço que foram feitos só para ganhar tempo. Promessas e promessas e promessas. Eu quero só saber, como que um Diretor vai cumprir as inúmeras promessas que ele tem feito. Não só com os deputados, mas com os prefeitos e os vereadores, sendo que ele não consegue se organizar, não tem organização, não tem planejamento.

Então, fica aqui o meu manifesto, o meu desabafo. E digo, : esse tipo de comportamento é um comportamento que nós temos que trazer o total repúdio. Jogar nas costas, ser traíra, isso não pode acontecer.



**(Às 16 horas e 44 minutos, a Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Com a palavra, Deputado Jesuino Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência, cumprimento todos os deputados presentes, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa também, cumprimento todas as mulheres deputadas, a todos os serventuários desta Casa, a todas as pessoas que se encontram no recinto. Cumprimentar todos que também se encontram de forma remota, também os deputados. A todos os internautas, a Rádio Assembleia, TV Assembleia 7.2, faço questão que as pessoas também tenham o hábito de assistir a TV Assembleia. Que foi, inclusive, na nossa época um projeto que foi abraçado por nós, em que o então Deputado Maurão de Carvalho autorizou que nós pudéssemos buscar junto ao Senado Federal, a implantação da TV Assembleia e a rádio Assembleia aqui perante o Poder Legislativo.

Mas eu quero começar falando sobre uma situação meio, assim, sensível. Nós aprovamos no Poder Legislativo um Decreto Legislativo que sustou os efeitos do inciso I do artigo 63 das Diretrizes Gerais de Ensino da Polícia Militar. E foi encaminhado pela CP (Coordenadoria de Pessoal), que é um órgão da Polícia Militar, ao seu Procurador-Geral, manifestação para cumprimento ou não. E qual foi a manifestação do Procurador que fora designado para responder essa manifestação? Cumpra-se. Cumpra-se o Decreto Legislativo porque vigora. O que é "vigora"? Está vigente. Ainda não houve o ingresso de uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADIN) para que houvesse a suspensão da eficácia desse Decreto Legislativo.

E vários policiais militares estão fazendo seus requerimentos, buscando o atendimento daquilo que hora foi suspenso, que está ali inclusive consagrado que não haverá nenhum valor a perceber de forma remuneratória, retroativo, mas o que eles querem é o cumprimento do decreto no aspecto de que eles possam fazer, inclusive, o curso de Sargento. Muitos são Cabos que foram reprovados, e o decreto tirou essa figura da eliminação por reprovação no critério por nota.

Então, eu vou pedir, inclusive, para o Coronel Garibaldi, eu escrevi para ele perguntando, questionando, que ele que está respondendo pela CP. A Coronel Adma foi exonerada. Salvo engano está na Diretoria de Saúde, a Coronel Adma que respondia pela CP. E agora quem está à frente é o Coronel Garibaldi. E eu estou aguardando, Coronel, a sua manifestação.

Eu não posso acreditar que a Polícia Militar do Estado de Rondônia não vai cumprir uma determinação, inclusive, já ratificada confirmada pela Procuradoria: cumpra-se, cumpra-se. Se houver uma determinação judicial contrária, aí sim perde-se o objeto. Na verdade, há suspensão. E a suspensão sendo deferida pela ação própria, não há a obrigação da Polícia Militar cumprir o Decreto Legislativo.

Mas eu acredito, sim, que a Polícia Militar vai cumprir essa determinação aprovada, emanada que tem sim, a garantia constitucional de poder sustar algo que os deputados entendem que extrapolou o limite de regulamentação, que é escrito, inclusive, na própria Constituição Estadual.

Eu tive também hoje uma reunião junto com o Deputado Edevaldo, junto com o Presidente do Sindicato, os representantes do Sindicato, do Singeperon, com o advogado também do Singeperon.

Em primeiro momento foi na Procuradoria com o Procurador responsável, chefe de gabinete, digamos assim, do Doutor Thiago Alencar. Eles nos ouviram sobre a demanda que é, em suma, a questão das escalas complementares. Os servidores de plantão estão tendo que cumprir essas escalas complementares. Para receber as escalas extras eles têm que cumprir essa quantidade de escalas, que são cerca de 16 horas, de 12 a 16 horas, para poder receber o valor nas extras.

Ocorre que nós tivemos ciência, inclusive após uma reunião, em contato com o Procurador Luciano, que manifestou numa consulta para os servidores da Saúde, para questões de escalas do Administrativo. E aí, ele disse: "Olha, são 40 horas semanais, tem que cumprir, quem não estiver ainda preenchendo essa quantidade de horas, vocês têm de pagar essa quantidade de horas.". Mas ele não falou nas escalas de plantão. E aí, o Secretário da Sejus, Marcus Rito, entendeu que: ora, se ele está aplicando esse entendimento de quantidade de 40 horas, e poderá inclusive sofrer uma sanção administrativa, no caso, uma responsabilidade, ele preferiu por bem, também, colocar por extensão, o entendimento aos que praticam essas escalas de plantão.

Existem as escalas administrativas, 40 horas semanais, que são todos os dias; e existem as escalas de plantão que são de 24h por 96h, que são aplicadas aos policiais penais. E aí qual foi o acordo? Para toda a categoria saber: haverá uma manifestação de uma consulta na Sejus.

O Procurador-Geral irá falar e se manifestar no caso concreto para os policiais penais, levando inclusive a norma complementar, que foi aprovada no ano de 2022, que tratou sobre os policiais penais, salvo engano, a 1.012 ou 1.102. Acho que é a Lei Complementar 1.102, que trata sobre os policiais penais.

E lá, especifica inclusive essa questão de horas que os policiais devem trabalhar. E não foi ainda julgada inconstitucional as emendas que foram da época dos deputados. Fizeram uma emenda colocando as horas certinhas, a questão dessas escalas, não havia necessidade quem faz escalas no caso de plantão, não havia necessidade de ele pagar essas horas complementares, e aí, estava tudo na norma que está vigorando. Mas ainda não foi analisado em caso concreto pela Procuradoria essa questão dos policiais penais e muito em breve, acredito que isso será sanado, resolvido e os policiais penais terão essa solução de fazer suas escalas extras sem ter desconto.

Mas isso, tem que ser levado à plenária do Sindicato dos Policiais Penais, o Singeperon, vai levar para eles também deliberarem sobre outras questões de ordem interna. Isso foi também falado pelo próprio Secretário da Sejus.

E o Deputado Edevaldo Neves, o sindicato, já estão cientes de tudo e vão levar para a categoria e a categoria vai, com certeza, chegar a um consenso e as coisas serão resolvidas.

Sobre a situação da fala do Deputado Jean Oliveira, a gente realmente percebe uma inércia por parte do DER. Eu, graças a Deus, gosto de praticar um esporte que é o ciclismo. E a gente faz o ciclismo ali para o lado do Pelicano, que é a RO-005. Eu já tenho dois anos que pedalo, mas desde a época que eu lutei, quando deputado estadual,

para que fosse asfaltada a RO, até o presente momento, tem um trecho que liga ali à margem, que acredito que não dá 100 metros, 200 metros; e, até o presente momento não conseguiram asfaltar esse espaço, ou seja, esse volume de asfalto.

Você vai entrar na RO-005, é cheia de buracos. Estou falando RO, que é de competência do Estado, ali próximo aos presídios. E a gente vê também algumas vias, que é de competência do próprio DER, que deixam a desejar. E o Deputado Jean Oliveira, acredito que está realmente com a razão, porque é um parceiro do governo, é aliado de primeira hora do Executivo e merece ser respeitado.

Mas, eu já ia até, aproveitando o ensejo, falar para o Deputado Jean Oliveira que, com certeza, ele deve vir para um processo eleitoral, o diretor do DER. Só pode! Todos que passaram por lá, eles já vêm nesse caminho, nessa trajetória e eu não tenho nada contra, mas o que é injusto é: quem está no mandato parlamentar não ter o respeito. Porque quem vota, quem abraça realmente o Executivo, que está fazendo aqui a defesa, são os deputados. Se a pessoa tem a pretensão política de vir ao cargo eletivo, não tem problema nenhum. Desde que haja também o respeito daqueles que estão no mandato. É simples assim.

Penso eu que já há uma trajetória, um caminho sendo traçado para as próximas eleições. É o que eu imagino. É o que eu imagino. Então, o Deputado Jean Oliveira, eu concordo com a fala dele. Eu concordo com a fala dele.

É uma espécie de traição, não é? Você vem defendendo, você vem tendo aquela ação de amizade, de comprometimento e chega na hora você é traído. A fala certa é "traição". Mas espero que o Deputado Jean consiga resolver isso na

instância superior, que é com o Governo do Estado de Rondônia.

Quero falar também que no dia 19 de agosto agora, a partir das 10 horas da manhã, eu já estou chamando uma Audiência de Instrução Legislativa com a Sesdec, com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros Militar, com o Tribunal de Contas e com as associações representativas de praças e oficiais, para a gente ouvir a questão sobre a decisão da lavra do Senhor Conselheiro Crispim, da diferença de valores que está sendo aplicada para as parcelas vindouras, ou seja, para a valorização salarial das forças de segurança.

Nessa oportunidade a gente quer ouvir como ficará. Como ficará a aplicabilidade, se não haverá nenhum fator surpresa, porque se ficar nesse desencontro: como que o Estado vai proceder essa diferença de valorização, seja de valores, como que vai aplicar, da onde vai tirar esses valores e orçamento financeiro? A gente quer chegar a essa resposta.

A gente quer chegar a essa resposta para acalmar todos os policiais, bombeiros, policiais civis, policiais penais, todos sem exceção, que tiveram aquela valorização. Que eu falo valorização é que foi dado à fala, mas para as polícias e os bombeiros militar, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, ficou a famosa manga. Uma manga que era uma manga rosa, virou uma manguita para alguns e manga rosa para outros, que eu não vou entrar em detalhes. Já foi.

Não podemos chorar pelo leite derramado, que não compete a mim, que fique o registro. Não era deputado à época, não era Secretário de Segurança. E mesmo assim, por uma fala de um deputado aqui, que estava na época usando a tribuna, Deputado Delegado Camargo, ele falou que o

Presidente da Assfapom (Associação dos Praças e Familiares da Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia), Jesuino Boabaid, tinha ciência da tabela.

E eu nunca tive ciência dessa tabela. Não só como todos os deputados. E aí ficou que eu era responsável, inclusive, por esse aumento. Esse absurdo que teve. Mas já passou. Eu não vou ficar entrando nesses detalhes. Agora é a gente enfrentar o caso e tentar resolver isso. Inclusive com algumas condicionantes que devem ser aprovadas em momento oportuno. Inclusive eu estou acompanhando esse Decreto de Contingenciamento, que suspende a questão de qualquer valorização, qualquer valor, qualquer gratificação, qualquer coisa, enquanto houver esse Decreto de Contingenciamento.

Então, nessa reunião nós estamos chamando, essa audiência de instrução, para chegar aqui e ver quem está com a falha nas contas, nos cálculos. E se houver falhas, como será aplicado. E que todos fiquem tranquilos. É isso que eu quero ouvir: "A gente vai resolver, podem ficar tranquilos, não haverá nenhum fator surpresa", que o Estado vai garantir a segunda e a terceira parcela se houver qualquer prejuízo futuro. O que a gente espera é isso.

O que a gente espera isso. Porque amanhã ou depois podem entrar com uma Ação direta de Inconstitucionalidade, alguém questionar e isso prejudicar esse aumento. E como vai ficar, não é? Aí vai ficar difícil. Então, dia 19 de agosto, aqui neste Poder Legislativo, nós estaremos tendo essa reunião com Sesdec, PM (Polícia Militar), Bombeiros, TCE (Tribunal de Contas do Estado), inclusive vou chamar Sepog e vou chamar a Sefin. Tem que chamar todos eles para estarem presentes para a gente ouvir essa demanda.

No mais, eu queria falar inclusive de Guajará-Mirim, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa. Eu fui questionado pelo Subtenente Noronha que as guarnições ali da redondeza, Guajará, ali próximo, a primeira cidade é...

**(Às 16 horas e 55 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência à Senhora Dr<sup>a</sup> Taíssa)**

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Nova Mamoré.

O SR. JESUINO BOABAID - Nova Mamoré. Tem outros distritos que estão tendo um déficit de efetivo e está sendo só com uma dupla, a guarnição com dois, apenas, policiais. Isso já está acontecendo de forma corriqueira. Se não tiver a Derso (Diária Especial de Reforço do Serviço Operacional), que é um valor que está sendo pago como uma hora extra, o efetivo está bem reduzido.

Então, eles pediram que houvesse uma manifestação da Sesdec da continuidade do pagamento da Derso; se haverá nos próximos anos vidouros - como está tendo uma redução drástica do efetivo - fazer os cálculos, um próximo concurso, que seja para 2026 o chamamento. A gente tem que pensar nisso também para a Polícia Militar, Bombeiros também, porque hoje o efetivo está em torno de 4.980 homens.

Quando a gente entrou, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, a senhora em 2007, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Sou de 2010.



O SR. JESUINO BOABAID - É de 2010. O efetivo já passava de 5.400. Hoje está diminuindo drasticamente e o nosso Estado é uma área territorial bem extensa. Seja nas 89 localidades que a Polícia Militar está, 52 municípios. Isso deixa a gente preocupado.

Falou em manter o valor do soldado bem a menor, foi essa a desculpa, foi essa a fala dos Secretários: "Não, vamos deixar bem pequeno aqui a quantidade do salário para poder chamar nos próximos concursos". E até eu concordei. Na época eu falei que se for para ter o chamamento dos próximos concursos, tranquilo. Deixa aqui um patamar razoável de valor, do soldado, cinco anos ele será cabo automaticamente.

Diferente da gente - quando a senhora entrou em 2010, eu entrei em 2002 -, não existia essa norma que permitia que com cinco anos você pudesse ascender à graduação de Cabo. Antes era 10 anos, tinha que fazer o Curso de Formação de Cabo e quando tinha vaga. Hoje não, você acorda soldado e dorme Cabo, independentemente das vagas. Isso foi também um avanço na gestão do Governador Marcos Rocha. Redução de interstício, foi um avanço também no Governo Marcos Rocha.

Então, a gente tem muitos ganhos que nós conquistamos graças a Deus, mas houve uma promessa, na época, no final do ano, que nós chegaríamos ao patamar da segunda melhor polícia mais bem paga do país. Para algumas graduações, algumas patentes, realmente ficou entre o patamar de 2º, chegando a 1º; mas para algumas ficamos em 10º, 11º. saímos daquela colocação de 26º, 24º, que era realmente drástica.

Quando entrei na Polícia Militar no ano de 2002, meu salário era R\$ 756,00 não tinha nem um horizonte ou

perspectiva de nada. Era um salário realmente que fazia a gente chorar, e graças às lutas, aos enfrentamentos, às batalhas, que eu sempre falo que a luta é continuada - já se passaram, a minha turma completa mais de 22 anos de polícia, desde 2002 são 22 anos de Polícia agora em dezembro -, e o tempo passou. Parece que foi ontem 2010, que a Deputada Taíssa foi de 2010, já se completa 14 anos assim sucessivamente.

E eu quero findar minha fala, dizer a todos que o nosso trabalho está sendo desenvolvido aqui, dentro daquilo que nós temos a experiência, buscando sempre o respeito de todos os deputados, a todos os servidores. Alguns criaram uma imagem assim: Deputado Jesuino veio, daquela forma dele, pensando toda hora sobre trabalho. Não. Eu gosto de trabalhar, gente, mas muitas audiências de instruções que a gente faz sempre, eu gosto de discutir os temas de suma importância para o Estado de Rondônia.

Não só eu, vejo a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, quantas leituras eu fiz aqui, hoje, de propositura, Deputado Alan Queiroz, todos os deputados aqui, eu vejo que têm esses encaminhamentos no quesito de buscar soluções para os cidadãos de Rondônia. No mais, desejo a todos um ótimo final de tarde e tenho dito.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) - Muito obrigada, Deputado Jesuino Boabaid, e assim nós ficamos muito felizes pela sua preocupação, principalmente, você falou bem a verdade, para trabalhar a gente também tem todo um trabalho legislativo. E só para deixar bem claro o Subtenente Noronha, que eu tenho muito carinho, no começo dessa Sessão o Deputado Jesuino Boabaid fez várias leituras, e uma delas era relacionado ao policiamento lá para Guajará-Mirim desde

quantitativo, desde estatística, desde a solicitação de melhorias. São vários Requerimentos que nós estamos solicitando, haja vista que somos uma região de fronteira. Nós precisamos do reforço policial na nossa região, desde solicitação de totens e várias outras coisas de viaturas que nós estamos solicitando para a melhoria da nossa região que já foi lido.

Quero parabenizar pela fala, Deputado Jesuino Boabaid. Nós que fomos soldados da Polícia Militar sabemos a importância, porque a primeira num enfrentamento, hoje nós temos um governo com vários policiais, Coronéis, Tenentes, Cabos, vários policiais e sabemos o que é vestir uma farda azul e sabemos o que é o enfrentamento e estar junto com a tropa. Então, nós sabemos da importância do que é um soldado receber um soldo decente, um soldo com dignidade. Eu fui policial militar, na minha época era um pouco mais de R\$ 2000,00 e eu sou muito grata.

A Polícia Militar para mim é uma mãe e eu sou eternamente sangue azul. Sou filha de militar e se hoje eu estou aqui como deputada foi graças à Polícia Militar principalmente por aprender, por ver as mazelas e as dificuldades da sociedade e a primeira situação onde a população clama é pela Polícia Militar. Desde em um distrito onde não tem Corpo de Bombeiros, onde não tem outros policiamentos específicos, quem está ali na ponta é o policial, é o soldado para socorrer a população. Por isso que ela tem que ser valorizada com um salário digno.

Encerrando a Ordem do Dia, não tendo Comunicação de Lideranças, não há prazo de 20 minutos para aparte. Não há comunicações de outros parlamentares, não há cinco minutos para qualquer outro deputado.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 14 de Agosto, no horário regimental às 09 horas da manhã.

Está encerrada essa Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 05 minutos)**

*(Sem revisão dos oradores)*